

ENTREVISTA COM EDUARDO GUIMARÃES¹

Gostaria de começar a entrevista falando do seu percurso na vida acadêmica e, particularmente, no campo dos estudos semânticos.

A gente poderia falar disso, quer dizer, tentar ir conversando para construir essa posição dentro dos estudos semânticos, o que invoca uma série de aspectos teóricos, de procedimentos, de interesses tênues, de assuntos, e articular isso com a questão da política científica. E aí da gestão da universidade. E tem a Editora, que é essa coisa de uma política das Ciências Humanas. Acho que seria um percurso interessante. Uma coisa que eu acho muito importante é que tem um lugar onde o político e o teórico se unem, que é, de alguma forma, trabalhar pela sustentação das Ciências da Linguagem como Ciências Humanas. Isso é uma questão muito forte para mim. Essa é uma questão atual, mas que foi construída na vida toda, quer dizer, chega um momento que você toma consciência disso. A história de vida não é uma coisa sobre a qual me interessa muito falar, particularmente. Interessa-me falar disso enquanto um percurso por onde eu passei, como se chega nisso de que estou falando. O interesse pela Semântica me chega por uma coisa muito curiosa, quer dizer, chega para mim por um interesse pela Literatura, eu me aproximei da questão dos estudos de linguagem porque eu tinha um alto interesse pela Literatura.

Qualquer Literatura ou uma mais específica?

Qualquer uma, mas muito particularmente pela Literatura Brasileira. Isso é o que me levou a escolher um curso de Letras. Essa coisa da Literatura estava muito ligada para mim ao gosto de ler, ao movimento com o ler, e com o escrever também. Estava muito ligada para mim com essa coisa do texto, com o que é fazer um texto. Hoje, dizer isso já é uma formulação, mas essas questões: “como é que você faz uma frase?”, “como é que fazer bem uma frase é importante para você fazer bem um texto?” acabaram me levando para esse lugar da Linguística, porque a Linguística, quando eu fui fazer meu curso de Letras, me ofereceu uma porta menos tradicional. Uma Linguística rala, eu diria, no meu curso, mas ela trazia uma coisa que, no curso, o plano da crítica literária não punha, não apresentava da mesma maneira, pelo menos para o meu olhar. Então houve aí um olhar de que a

¹ Agradecemos à Renata Ortiz Brandão (PGL-IEL) pela transcrição cuidadosa desta entrevista.

Literatura é linguagem. E isso me levou aos estudos de língua mesmo, e aí tem uma coisa curiosa, a ideia de como as palavras são fundamentais, quer dizer, ninguém fala só com palavras, mas, muitas vezes, na minha cabeça, é assim: “qual é a palavra que eu quero?”. Se eu sei qual é a palavra que eu quero, eu faço um texto. E em poesia, tudo é um pouco assim: “qual é a palavra?”. Então, no fundo, parece que, se você tem a palavra, você vai ter as frases para essa palavra, ela puxa o resto. Esse é o meu jeito de olhar isso. E quando eu leio um autor, para mim é assim: “qual é a palavra dele?”. Qual é a palavra do Machado de Assis? Recentemente eu reli um conto do Machado, por uma razão de trabalho; tinha uns 40 anos que eu não lia esse conto, que se chama “Pai contra mãe”. Você tem “pai” e “mãe”, então ele vai falar de um casal? Não é, não é um casal, é um homem, casado com uma mulher, e esse homem é um caçador de escravos fugidos, e a mãe em questão é uma escrava. Então ele tem “pai” e “mãe”, o conto é em cima do equívoco produzido pela combinação das duas palavras. Não acho que seja um dos mais extraordinários contos do Machado, mas é uma coisa preciosa. Então, veja, são dois nomes absolutamente comuns, mas se tornam especiais. E acho que em teoria também. Buscamos em uma palavra qual é o conceito. A palavra tem a ver com o texto, então um pouco para eu pensar o semântico, a significação tem muito a ver com eu poder dizer o que é um texto e o que eu posso entender por um texto. E aí passei por um percurso muito longo para chegar à teorização que fosse capaz de dizer isso. Estou dando um panorama muito geral e disperso demais, mas são motivações permanentes, e junto com isso uma coisa histórica. E aí, como História mesmo, ou como na linguagem, a história é constitutiva, mas a história me interessa. Muitas vezes, eu analiso textos e eles estão marcados por algum momento, por alguma questão da História, muito frequentemente do Brasil. A minha relação com o Brasil também é muito parte disso: a língua, a Literatura Brasileira, a música brasileira, a história do Brasil, de alguma forma, sempre aparecem.

Você chegou a analisar alguma vez alguma música brasileira? Em Literatura você tem diversas análises, não é?

Música, acho que não. Eu analisei uma música só, mas... isso não é música.

O funk? (risos)

Isso não é música.

É música... (risos)

Aquilo que me interessava era o problema de como a designação muda de sentido quando muda quem fala, quer dizer, a palavra “cachorra”, se é a própria mulher que fala, é uma coisa, se ela é chamada de cachorra, pode ser ou pode não ser.

É de certo modo um precursor do que vemos hoje na Marcha das Vadias? Essa coisa da mulher que se diz vadia, a mulher que se diz cachorra, deslocando os sentidos dessas palavras.

Então, a questão é como e quando a mulher assume a nomeação, isso muda a nomeação e contém a história da nomeação precedente, não é que ela não está lá, claro que o xingamento está lá, mas você está invertendo. Isso aparece, por exemplo, na história do Brasil. Você tem Inconfidência Mineira, uma palavra dada contra, inconfidente é aquele que trai, não é? No entanto, Inconfidência Mineira, “os inconfidentes” é um nome positivo, porque ele está assumido do lugar de quem fez. Então, naquela letra, aquilo é tão escrachado, tão direto, e tinha a coisa da cidade, eu analisei por causa disso. Mas, fora essa, música mesmo (risos), eu acho que eu não analisei.

Esse texto foi publicado?

Foi, foi publicado em um número do Escritos do Labeurb [Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp].

Mas você tocou numa questão interessante, que tem a ver com o modo como você trabalha a designação, essa relação com a cena enunciativa. Acho que você poderia falar um pouquinho sobre isso, porque a questão dos nomes e do léxico é uma questão tradicional na Semântica, mas não sempre, ou quase nunca, se cruza, numa análise da designação, com a cena enunciativa. E agora quando você falou da análise dessa palavra “cachorra” no funk, você a colocou com uma naturalidade que é própria para quem trabalha com você, mas não para o campo da Semântica. Eu gostaria que você falasse um pouquinho mais sobre isso, de como você cruzou esses dois eixos, digamos, de estudos semânticos – a questão enunciativa, a cena enunciativa e a importância que isso tem para explicar o sentido da designação.

Eu acho realmente que isso é um aspecto importante, quer dizer, basicamente, eu posso fazer isso de diversos modos; qual a questão para mim fundamentalmente? Uma delas é que você tem o nome, você tem primeiro uma distinção entre nome próprio e nome comum, expressões referenciais e nomes predicativos, vamos dizer, seria uma forma de dizer nome próprio e nome comum de outra maneira. Em qualquer dos dois casos, o lugar do qual se enuncia é parte daquilo que significa, do meu ponto de vista. Entre nome próprio e nome comum, qual é a mudança fundamental? É que não são expressões que se referam ou a objetos ou a classes, essa seria uma posição formalista, quer dizer, os nomes se referem ou a objetos ou a classes de objetos, vamos dizer assim, ou a conceitos, que são propriedades de classes. Então, os nomes teriam essa referência. Bom, a minha questão é que os nomes, o que eles significam não é essa relação de referência. Mas aí tem a questão seguinte: esse modo de significar tem a ver com o modo como esses nomes se reportam ao mundo, mas esse reportar ao mundo é marcado por uma historicidade, quer dizer, não há coisas e nomes; você tem nomes com os quais você fala de coisas, e ao falar de coisas, para falar delas, você as significa, senão você não fala delas. Esse significar... como é que você significa? Enunciativamente, ou seja, numa relação de enunciação específica e são relações de enunciação que têm história. Por exemplo, em um nome próprio, uma questão que me parece que marca fortemente isso é quando eu penso o seguinte: você tem um homônimo. Qual é, do meu ponto de vista, a solução da homonímia no nome próprio? É dizer quem nomeou; é parte do sentido do nome próprio quem nomeou; e, se você diz quem nomeou, não há homonímia mais, você desfaz a homonímia. Se você falar *José*, nomeado por José da Silva, e José, nomeado por Paulo da Silva, são dois *José* diferentes, não há homonímia, resolve-se o problema da homonímia, porque esses dois elementos significam no nome dado. E aí o problema principal, portanto, não é exatamente a referência, a respeito de um José, mas o que significa esse nome *José*, com o qual eu posso me referir a esse José ou àquele José, com outro sentido, portanto a questão da cena enunciativa é decisiva nesse caso – quem nomeou. Claro, eu posso dizer isso mais teoricamente: quem foi o locutor? Mas, de um modo geral, seria isso. Portanto, tanto a discussão entre se o nome próprio significa ou não significa passa a não ter sentido, porque, no plano da Lógica, a pertinência da discussão permanece, mas, se eu tratar disso enunciativamente, não há pertinência em discutir se tem ou não tem sentido, porque exatamente o acontecimento de enunciar é parte do sentido. Decisivamente é parte do sentido.

Quando você vai para os nomes comuns, ou nomes predicativos, ou nomes de conceitos, para as formas de dizer, a questão fundamental está ligada a

que quando se enuncia um nome, sobre algo, o que você faz não é classificar as coisas, há uma enunciação que diz o nome e, ao dizer o nome, o que ela está fazendo não é classificar objetos, é identificar o objeto de tal modo no mundo, você não o classifica ali, você o diz sendo tal coisa. Claro que, quando você pega coisas descritivas, isso parece não ter sentido, se você falar “verde”, “a parede é verde”, parece que “é verde” é porque está verde, não é? Claro que eu posso discutir toda essa coisa de cor, mas parece que isso faz parte da coisa. Agora, se você começa a pegar outros nomes, por exemplo, você diz “bárbaro”. Vamos pegar na história do Brasil, no século XVI, você vai falar de índio, você diz: “esses bárbaros praticam a antropofagia”. Então, quando você fala “bárbaro”, se eu pegar logicamente, o que você estaria fazendo é dizer uma palavra que nomeia todos aqueles que são da classe dos bárbaros. Se eu penso enunciativamente, eu tenho o seguinte: quem é que diz, em que cena enunciativa, qual é a relação específica, de que lugar está sendo dito. Por exemplo, é um jesuíta, o lugar de dizer é de um jesuíta, ou o lugar de dizer é um lugar oficial da Coroa Portuguesa, isso vai dar um sentido diferente a esse bárbaro, identifica esse bárbaro diferentemente. Na voz do jesuíta, pode identificá-lo simplesmente como pagão, como não-cristão, e na voz do governo da Coroa Portuguesa, pode identificar por outras coisas, como “eles são cruéis, eles são traidores”.

Ilustrados...

Ilustrados... uma série de coisas. Então, nos dois casos, a questão é o lugar, quer dizer, o acontecimento do dizer produz um sentido que identifica aquilo que recebe nome. Portanto, aquele ser que recebe o nome não é aquilo senão depois de receber o nome. Não significa que eu não possa me referir àquele ser particular, a um ser particular ou a uma classe de seres particulares, não é isso, mas isso não precede a esse nome e é uma das coisas que nessa semântica tem muito a ver com o fato de que eu escolhi muito cedo, desde os anos 80, a ter como lugar de diálogo mais seriamente a Análise de Discurso do que a Lógica. Embora a Lógica seja um lugar para o qual eu sempre olho por conta da marcação do espaço da Semântica. Esse espaço da Semântica, ele tem uma particularidade, ele cria conexões de um certo tipo, que é, por exemplo, ter uma Semântica Formal, ter a Lógica como lugar de formação da Semântica Formal, como um lugar de estabelecimento de perguntas sobre a referência. Acho que a Semântica não pode abrir mão disso, mas, a partir dessa concepção, a Análise de Discurso vai estar aí como um interlocutor fundamental, pelo qual eu posso trazer a questão da história de uma maneira constitutiva, que é uma palavra própria

da Análise de Discurso, que ela usa de maneira muito particular, a ideia de que esse exterior não é um exterior ao qual você relaciona a linguagem, mas que está na linguagem enquanto constitui a linguagem. Como é que eu posso fazer isso no domínio disso que, de alguma forma, os semanticistas concordam até um certo ponto que é um domínio chamado *Semântica*.

Não sei se eu respondi à questão, mas de fato esse problema do nome na cena enunciativa tem muito a ver com todo esse conjunto de questões. A construção da cena enunciativa é uma questão complicada, porque o que eu tive que fazer foi, primeiro - inclusive por conta desse problema de olhar para o espaço do materialismo, em que a Análise de Discurso é o lugar específico de análise de linguagem -, definir como é que posso pensar isso. Isso significa o seguinte: como é que eu posso tirar o sujeito falante do centro? Se eu penso semanticamente, tem duas coisas: ou eu tiro o sujeito falante definitivamente, que é o formalismo, ou ele aparece de alguma forma. Como é que ele aparece? Ele aparece ou como na Pragmática, que é como sujeito de intenções, ou como um sujeito enunciativo, que é aquele que tem um domínio sobre a língua, na formulação do Benveniste. Se eu olho para esse lugar da historicidade, esse sujeito tem que entrar porque é um exterior, mas ele não pode entrar com essa centralidade, nem da Pragmática, nem da teoria da enunciação, na formulação mais específica do Benveniste, mesmo que muitas coisas do Benveniste possam entrar. Então esse é um percurso, quer dizer, aí eu acho que o Ducrot tem um papel importante no começo, por conta, exatamente, da polifonia dele, que foi muito importante para eu pensar aquilo que eu chamei de cena enunciativa; ele traz uma certa noção de acontecimento e, portanto, ele define a enunciação sem usar a noção de sujeito e depois ele configura essas relações nisso que eu chamo de cena. Qual é problema aí? A história para ele era só um marco no tempo, ou seja, é só temporalidade no sentido praticamente cronológico: tem um, depois tem outro, cada um desses momentos, portanto, são acontecimentos diferentes. Isso também é uma forma de pensar que a enunciação está correlacionada a um tempo, mas o tempo não é constitutivo dela, tanto que o Benveniste inverte porque ele vai dizer que o sujeito é que constitui o presente, quer dizer, o Benveniste se deu conta disso, não pode dizer que está no tempo, tem que dizer que o tempo é constituído pelo sujeito. Mas, na medida em que eu tenho que me desfazer da centralidade do sujeito pela posição que eu tomo, levando em conta o que a Análise de Discurso desenvolve, eu não posso dizer que o sujeito constrói o tempo, isso seria dar essa centralidade ao sujeito. Aí é que veio vindo, pela própria noção, uma certa noção sociológica que aparece no Ducrot, que veio do Marcel Mauss, através do que ele vai dizer que há formas de linguagem que são socialmente destinadas a fazer

certas coisas. É assim que ele vai definir *performativo*, por exemplo, e até *argumentação*, no limite. Então, essa parte vai me levar, quer dizer, esse aspecto vai me levar a esse problema que me relacionou muito diretamente, fundamentalmente, com a obra **Mil Platôs**, de Deleuze e Guattari, por uma razão particular, porque o Deleuze e o Guattari, para sustentar a questão do agenciamento enunciativo, que é um agenciamento coletivo da enunciação, como eles falam, passam por alguns elementos: um, o Austin, por exemplo, e o outro é exatamente o Ducrot; e é exatamente essa construção do Ducrot a respeito disso que é a performatividade deles, ou seja, essa questão de que há expressões que são socialmente destinadas a fazer coisas. O fazer não é do locutor; se o locutor fala aquela expressão, ele faz porque a expressão está destinada a fazer. É isso que eles vão chamar de agenciamento, eles usam o Ducrot para dizer isso. Ao chegar à noção de *agenciamento*, acho que eu consegui, não digo resolver, mas dizer melhor o problema da cena enunciativa. Claro que o Ducrot está lá na história, mas nessa formulação eu não preciso simplesmente ficar preso em palavras: esta palavra serve para isso, não é? Esse agenciamento envolve as palavras, mas envolve a própria história das enunciações, quer dizer, você está destinado a falar de tal modo. Então aí essa noção do agenciamento da enunciação, e aí essa noção do político, quer dizer, esse agenciamento político da enunciação, isso é parte da cena enunciativa. Então a cena enunciativa passa a ter esse caráter que não é a simples forma de você dizer que quem fala é fulano, mas ele fala agenciado *com*, e esse agenciamento significa *com*. E isso, se você pensar sobre os nomes, por exemplo, é extraordinário. Um pai, no nosso sistema jurídico, não pode deixar de nomear; ele não dá nome porque ele escolhe dar um nome, ele é agenciado a dar nome, de uma forma até coercitiva, porque tem lei para isso. E os nomes comuns também, quer dizer, se eu chamo um índio de bárbaro, eu estou agenciado a partir de um lugar. Posso até achar que ele é um bárbaro, mas eu estou agenciado de um lugar que identifica um certo grupo social de uma certa maneira. Então essa coisa da cena enunciativa tem muito a ver com esse aspecto, e se eu pensar a argumentação, isso também entra.

Você colocou a questão da história das enunciações, isso é uma coisa que a gente tinha pensado. Nos seus trabalhos, você tem um percurso de inicialmente tratar muito da noção de *historicidade* e, atualmente, dada a formulação do acontecimento enunciativo, você trata mais de *temporalidade*. Gostaria de escutar um pouquinho sobre isso, o modo pelo qual você coloca o agenciamento político na enunciação, o agenciamento político significado pela história das enunciações, para

então trabalhar com a noção de temporalidade, com o memorável, com a futuridade. Então queria saber se essa noção de temporalidade, definida a partir do acontecimento, está explicitando teoricamente melhor aquilo que você pensava como historicidade da enunciação, se é de outra ordem, se você faz alguma distinção entre *historicidade* e *temporalidade*, ou entre *história* e *temporalidade*.

Não, eu acho que estão ligadas sim. Quando eu digo que o acontecimento tem uma temporalidade, que uma cena enunciativa se dá numa temporalidade, o que no fundo eu estou dizendo é que tem um tempo que significa; portanto, tem algo que está ali significado como passado, significado como futuro e tal. Esta noção de temporalidade é o caminho pelo qual eu tenho procurado, às vezes com mais sucesso, outras vezes com menos, fazer com que eu possa dizer qual a conexão desse acontecimento com outros que já existiram, outros já realizados, e, ao mesmo tempo, como é que ele projeta acontecimentos futuros, não exatamente específicos, mas, dependendo de um acontecimento, há alguns outros que poderão vir a ocorrer e outros que não, eles podem vir a ocorrer por motivos de outros acontecimentos que não esses. Vou dar um exemplo ligado a uma análise que eu fiz, aquela análise dos nomes próprios do relatório do Martim Afonso de Sousa. O relatório de Pero Lopes de Sousa tem, entre outras coisas, um passado que significa nele, que é todo o conjunto dos documentos régios que deu poder ao Martim Afonso de Sousa para dirigir a esquadra até o Brasil, e o Lopes de Sousa faz um relatório agenciado por isso, entre outras coisas, mas esse passado está de alguma forma significando ali, tanto que no final esse relatório é mandado ao rei. Se eu agora olhar as cartas régias que dão o poder ao Martim Afonso de Sousa, de alguma forma, essas cartas régias projetam um futuro de enunciações. Por exemplo: o relatório do Pedro Lopes de Sousa é um futuro desse acontecimento anterior; acontece que ocorreu o relatório, mas quando eu olho o conjunto da história, eu posso perceber que está significado aqui outro acontecimento. Tal como estão significadas as cartas de doação de terras do Martim Afonso de Sousa para donatários no Brasil como Pero de Góis, ele dá um pedaço de terra, uma sesmaria para o Pero de Góis. Essa enunciação dele, se eu olhar pelo acontecimento das cartas régias, é um futuro daquela enunciação. Claro que esse é um caso em que, como eu fui para o passado, se eu recortar aqui, eu percebo que tem um futuro, tanto que eu encontro, mas eu não estou dizendo que o futuro destas cartas régias são empiricamente esses relatos e essas cartas régias, não é isso que interessa, eu estou usando isso que se realizou para mostrar como tinha ali a possibilidade de algum sentido. O Pero Lopes de Sousa não podia doar uma terra até

aquele momento, depois ele virou donatário, aí é outra coisa, não é? Mas enquanto membro simplesmente da esquadra, ele não podia doar uma terra; o Martim Afonso podia. Então eu acho que é um pouco isso essa noção de futuridade: qualquer ato ilocucional, por exemplo, tem essa futuridade, ou qualquer ato de nomeação. Voltando à nomeação, se alguém diz “ele chama José da Silva”, a partir daí projeta todo um conjunto de enunciações em que alguém vai virar para essa criança e dizer “Oi, José!”. Tem um futuro, está projetado esse futuro e, ao mesmo tempo, tem um passado aí: por que *José*? Que memória, que sentido passado está presente nessa cena em que o pai dá nome de José ao seu filho, que é um passado religioso. Então eu acho que é uma forma de você pensar, olhar para o acontecimento e considerar que é constitutivo dele esta relação com o fora temporal, essa temporalidade significativa que é passada e futura, não é só o presente e o passado; não, é presente, passado e futuro, porque esse passado quando ele está significando em um certo presente e com um certo presente, ele só significa porque ele projeta outros sentidos futuros, outras enunciações futuras, nem diria possíveis enunciações. Não, projeta enunciações futuras, abre para certas enunciações futuras. A nomeação claramente é isso, uma enunciação que chama atenção nessas manifestações atuais, quando, sem fazer juízo de valor, chamam alguém de *vândalo*, porque quebrou a porta do banco, tem duas coisas: tem um passado que está significando ali, você tem as enunciações, e isso é uma história longa que constrói; esse recorte não é um recorte que pega tudo, ele recorta um certo funcionamento ali. Tem *vândalo* e quando se chama esse sujeito de *vândalo*, isso projeta alguma coisa. Vamos supor, um jornalista chama de vândalo. O que isso projeta? Enunciações muito variadas que ecoam na voz do jornalista. Agora, se um delegado chamar de vândalo, já é diferente, ele já projeta a possibilidade de criminalização. Então tem a ver com o acontecimento, mas quem é que está agenciado por essa palavra? Isso também faz parte tanto do modo de recortar o passado, quanto de projetar o futuro.

Quer dizer que é o agenciamento que vai ser fundamental para recortar essa temporalidade, porque senão você teria todas as histórias de enunciações.

Exato.

O que vai fazer o percurso é o agenciamento.

É o elemento que mostra que o problema não é etimológico.

Claro.

Entendeu? Não é etimológico. Não significa que o problema do étimo não está ecoando aí dentro, pode estar, mas não é etimológico. Muitas vezes, é exatamente a separação do étimo, como o caso do exemplo sobre o qual nós começamos conversando, da “Batida da cachorra”, quer dizer, da onde vem essa coisa? Bom, tem uma metaforização. Vamos dizer que se é o étimo, a hora que as mulheres nomeadas assim se dizem, elas se separaram do étimo, daquela metaforização inicial que deu origem à palavra. Essa palavra, veja, é uma coisinha muito recente, mas eu posso buscar uma metáfora mais longe. Como o caso de *esposa*, por exemplo. *Esposa* era a prometida, o fulano pedia a mão da filha em casamento e o pai prometia; respondia “eu prometo”. Então ela era a prometida, a esposa.

E o esposo? (risos)

Não, aí depois não é mais, esposo não é mais, porque esse nome se separou desse lugar. Quando você fala esposa hoje, não adianta vir me dizer: “não, mas até hoje se chama a mulher de *esposa*, então ela é prometida pelo pai...”. Não, isso é uma coisa da Idade Média e, se isso interessa, interessa para eu entender a cena enunciativa da Idade Média, é um índice para eu voltar na Idade Média e entender a Idade Média, mas isso não diz necessariamente da palavra “esposa” hoje, não diz necessariamente, pode até dizer ainda, mas não diz necessariamente, porque exatamente você separa, você muda de lugar. O exemplinho da “cachorra” é muito típico. São coisas que depois desaparecem, porque não se estabilizam no léxico da língua, mas se você pegar o corte do momento em que isso se deu, você percebe o percurso inteiro. Produz, tem um étimo da palavra, depois ele se movimenta e ele sai do lugar; ele pode até permanecer, a polissemia como xingamento e como auto-elogio pode permanecer, mas você descola.

No exemplo que você deu, justamente esse étimo, essa análise assim, pensando que o lugar que enuncia é o do pai que promete, permite explicar a Idade Média. Eu estava acompanhando o seu raciocínio... Então, o agenciamento recorta a temporalidade porque traz um passado

e projeta um futuro, mas o agenciamento se inscreve na história. Esse agenciamento é na Idade Média e recorta de um modo; na Idade Contemporânea é outro. Aí você tem essa inscrição do agenciamento.

Sim, e ela me dá a possibilidade de eu fazer uma história que não significa necessariamente o agenciamento de hoje, porque a língua mantém traços do seu percurso. Se eu buscar, eu acho o traço; ele não está diretamente significando, mas eu posso encontrá-lo. Lembro aqui duas formulações interessantes. Uma de Benveniste que diz, no prefácio do **Vocabulário das Instituições Indo-européias**: “Trata-se de fazer surgir uma significação ali onde, de início, tínhamos apenas uma designação [referência]. A dimensão temporal se converte, assim, em dimensão explicativa”. Outra de Starobinski, também no prefácio de sua obra extraordinária **Ação e Reação**: “Para compreender nossa época e nossa situação presente, há muito a se esperar da história da língua, pois esta é inseparável da história das sociedades, dos saberes, dos poderes técnicos, e por esta razão, tem valor de índice. Ela nos ajuda a reconhecer em que nós diferimos”.

E esses traços do percurso histórico que a língua mantém são de ordem formal? Isto é, são de que ordem esses traços?

Eu acho que são de ordem formal e são semânticos, porque, se eu fizer a busca, eu vou encontrar um sentido etimológico, mas o que eu tenho que saber é o seguinte: isso me permite levar para a Idade Média. E aí é uma coisa importante para o historiador, quer dizer, se um historiador levar isso a sério, ele poderia fazer uma história de certos momentos do passado, através desses índices de uma maneira muito particular. Eu posso ir para a Idade Média por conta dessa marca e aí vou lá e vejo... aí tem todo um conjunto de coisas da Idade Média. Eu posso olhar isso, mas eu posso simplesmente ver como é que a palavra “esposa” está circulando num recorte mais direto das enunciações de hoje; daí eu vou ter “esposo” e “esposa”.

“Esposa”/ “mulher”, “esposo”/ não “homem”, mas “marido”. Falhou.

É, exatamente, não emparelha, por conta do movimento da construção dos sentidos desses nomes. O que esses nomes estão significando? Como é que eles estão identificando as pessoas nas relações familiares de sexo, de gênero, seja lá que nome se dê a isso atualmente. É possível fazer isso, mas isso não depende necessariamente do étimo de “esposa”, ainda que ele possa até me

indicar uma coisa para eu falar assim: “ah, então deslocou, ou não deslocou”, aí tudo bem.

Como aparece “esposo”? É “o prometido”?

Então que prometido é esse? O que promete?

Ou o que está esperando uma promessa? (risos)

É a eterna promessa, é o performativo não realizado (risos). Aí, tocando nisso, nessas marcas que ficam na palavra e que permitem recuperar esse percurso, analisar, eu queria lhe escutar um pouquinho sobre a relação que você estabelece com a filologia política, justamente essa conversa que tem estabelecido com Jean-Claude Zancarini, com Romain Descendre, porque o método, digamos, de análise que eles aplicam trabalha um pouco uma relação que pega alguns traços, algumas palavras, os relaciona na sua enunciação numa época determinada, e com isso tentam construir o sentido, digamos, de palavras muito específicas, carregadas por alguma questão política. Então queria escutar como você vê esse diálogo.

O que me interessa mais no trabalho deles é o fato de que eles estão querendo saber como é que uma palavra significa num conjunto de textos. Essa questão de que é a palavra, mas isso significa porque está em texto. A noção de enunciação não está presente, mas é uma relação entre palavra e texto; e aí eles têm até uma certa posição próxima de uma formulação meio pragmática a respeito do que seria a enunciação, mas isso não aparece formulado diretamente. O que interessa fundamentalmente é isto: é o fato de você pegar a palavra para dizer o que ela significa, para isso você tem que relacioná-la com outras daqueles textos, esse é um lado. E aí essa questão de ser muito meticuloso mesmo: você encontrou uma coisa, você tem que olhar intensivamente para ver se você não encontra outras coisas que você vai ter que relacionar por ali. Normalmente a gente encontra, olhando e olhando, você vai encontrar. A questão que me interessa fundamentalmente é esse olhar sobre palavras na relação com as coisas e o procedimento de analisar, que é essa coisa de procurar especificamente essas relações e estabelecê-las e, às vezes, até relacionar isso com o lugar de quem fala, mas isso sem muita teoria enunciativa.

É um autor não teorizado enquanto tal.

O estudo que eles estão fazendo está ligado a esse trabalho claramente filológico, que vem pela tradição efetivamente filológica. Essa parte me interessa menos, mas o trabalho de descrição e os resultados a que eles conseguem chegar são extremamente motivadores para a discussão e, às vezes, até as discordâncias têm a ver um pouco com isso, porque o trabalho dá um resultado específico e aí você pode fazer um percurso semelhante e dizer isso. A diferença que eu acho, por exemplo, no meu caso, eu procuro ter categorias de descrição para me guiar nesse processo e eles não têm essas categorias de descrição.

A tradição filológica compara...

O filólogo fala “eu vi isso aqui, eu vi isso aqui” e então compara. Então tem um método comparativo. Um método comparativo que está muito mitigado, mas enfim, é isso. No meu caso não, o que eu tentei fazer foi produzir algumas categorias de descrição. Uma categoria dessas que é fundamental é a reescrituração. Você dizer “aqui tem uma relação que eu chamo de reescrituração”, ela é do tipo x, ela produz o sentido de tal maneira; não é que produz tal sentido, é que produz de tal maneira. Por exemplo, se eu acho “índio” e “bárbaro”, eu vou dizer que “bárbaro” naquele texto reescritura “índio” por substituição, então eu digo que reescrituração é essa, tem vários modos de fazer por substituição, e eu posso dizer, vamos dizer assim, por sinonímia. Então, portanto, tem uma sinonímia aqui de modo que “bárbaro” fica atribuído a “índio”.

Essa operação de reescritura é descritiva.

É, tem um dispositivo descritivo que às vezes escapa da mão da gente, muitas vezes ele escapa.

Acho que dá uma boa entrada no texto.

Dá uma boa entrada, porque não é a sua elucubração ou a sua introspecção como leitor que dá essa entrada. Claro, quando eu analiso um texto, eu leio o texto e é claro que eu vou, como leitor, me identificando com as coisas, daí depois eu vou pegar isso e vou tentar passar pelo crivo do procedimento.

Muitas vezes, a gente altera o que a gente pensou na primeira leitura; muitas vezes não, com frequência. Essa é a questão e há vários modos de reescrever, você pode expandir, aquela coisa toda... se você expande, você dá uma explicação longa sobre a coisa; se você condensa, você dá uma palavra e tudo aquilo fica significado dentro daquela palavra, você constrói um nome, por exemplo. Então, essa é uma questão em que vejo uma diferença no procedimento, que é o fato de eu procurar ter categorias para descrever, quer dizer, eu tenho uma categoria específica para fazer a descrição, a qual contém uma certa concepção do que seja texto, particular. Para a Filologia Política, um texto é um texto.

Uma noção pré-construída de texto.

É, quando eu estou pensando na reescrituração, já estou pensando o que é texto. Bom, aquela coisa: integra o enunciado, o enunciado só significa porque está no texto, a relação dos enunciados com o texto não é segmental; não é segmental, discreta, sequente porque não só eu formulei isso teoricamente, mas a descrição me dá isso, porque eu encontro a palavra “índio” aqui, a palavra “bárbaro” dali a dois parágrafos e eu digo que aquele enunciado está relacionado com esse aqui. Não tem segmentalidade capaz de dar isso. Então, é uma categoria que opera para fazer aparecer a transversalidade das relações. Nas análises da Filologia Política, eles passam por essa transversalidade, só que fica na conta do analista simplesmente. Mas os resultados são sempre muito interessantes. O trabalho que Romain Descendre fez aqui [na Unicamp], por exemplo, sobre a palavra “descobrir” ficou muito interessante. Ele fez o projeto para fazer isso, veio, fez e ainda está trabalhando nesse texto. Ele organizou quatro seminários, interessantíssimos. Ele mostra como é que a palavra “descoberta” no século XVI sai de um sentido de você encontrar pela navegação alguma coisa, para um sentido científico; “descobrir” passa a ser encontrar conhecimento.

É bem interessante.

É interessante. Como é que você está ligando a questão das Grandes Navegações com o movimento científico junto.

Falando do texto, você falou da transversalidade. Eu acho que é bem interessante o modo como você aborda a questão do texto, porque você está dizendo que a relação não é segmental, que os elementos não são

discretos e, ao trazer a questão da transversalidade, não é que você a esteja rejeitando, mas você está atravessando de outro modo a questão da linearidade. Se a gente pensar em outras teorias que trabalham com o texto, a noção de linearidade é fundamental, porque, ao pensá-la como fluxo de informação, o sentido avança, quer dizer, não se trabalha fora de uma noção de um antes e de um depois textual posto na sequência, digamos. E o seu modo de abordagem permite a você trabalhar relações num texto pensadas em rede, como uma constelação de sentidos, e não toma, digamos, essa sequencialidade ou esse fluxo como definidor do sentido. É o que você diz, que a determinação se dá em todos os sentidos e não tem nada que permita decidir o que é um determinante e o que é um determinado.

Exatamente, claro que em algum momento você pode até eleger a segmentalidade como um elemento da produção do sentido, mas é numa circunstância quando a sequência faz a ordem.

Não é a propriedade que define o texto. É a transversalidade, entre outras.

No fundo, é o seguinte: enunciados que se integram nesse todo do texto, nesse todo que então nós chamamos de texto, e é isso que faz ele significar. É transversal, portanto, eu posso entrar nele por qualquer lugar, não preciso entrar pelo começo, em qualquer lugar eu entro e depois vou relacionando. E daí é aquela ideia: como é que eu compreendo um texto a partir dessa posição de semanticista? Porque uma posição de semanticista deveria te dizer o seguinte: você cuida só do enunciado, da frase, da proposição. É verdade que um semanticista precisa cuidar do enunciado; agora, pode cuidar das palavras do enunciado e, para fazer isso, tem que cuidar do enunciado no texto, senão você não tem enunciado, não tem acontecimento. Claro que um enunciado, ele pode ser um texto, só há um enunciado, mas ele é um texto, então essa é uma questão que eu acho muito importante e aí tem uma série de coisas que não têm pertinência, como a noção de coesão, não tem a menor relevância, nenhuma relevância, porque a noção de coesão é exatamente uma forma de você estabelecer como é que expressões do texto se referem à mesma coisa e não se trata disso. Até porque quando eu encontro um laço entre uma palavra e outra, o que eu estou encontrando é como é que uma palavra afeta o sentido da outra, ou seja, modifica a outra, e quando você pensa esse conjunto de laços como aquilo que dá coesão, o

que você está dizendo é que todos se referem à mesma coisa, portanto todas significam a mesma coisa. No limite, referem-se à mesma coisa, quer dizer, tem a mesma relação com ela, o que é completamente diferente também do modo como trato a questão.

Como é que a pergunta minha sobre palavras e texto, sentido e texto, expressões/enunciados e texto vai chegar num ponto em que todas essas questões vão ter que aparecer na forma como a abordagem enunciativa faz. Claro que, quando eu estou pensando na noção de *laço* do Halliday, que ficou na minha cabeça quando eu li, mas a questão é que ela não fazia sentido para mim. No momento em que eu chego à noção de reescritura, o que eu consigo encontrar é: o que eu faço disso que é esse laço? Ou seja, tem uma coisa que tem uma relação aqui, o que eu faço com isso? Aí eu passo a ter o que fazer, nos termos enunciativos, porque essa reescrituração é exatamente uma marca da enunciação, quer dizer, é um elemento que marca que você tem um locutor que está presente na relação disso com isso.

Eu não sei se é uma questão de tradução, mas você chamar de “laço” e não de “ligação” faz toda diferença, porque o laço permite uma relação transversal, a ligação não, a ligação é mais de continuidade ou de sequencialidade, não é?

É, eu teria que rever o texto do Halliday agora, mas...

Não, o fato de você estar pensando como laço já lhe coloca em um lugar em que, mesmo que o Halliday tenha usado o equivalente em inglês dessa palavra, ela significa diferentemente, e geralmente a gente fala em conexão.

Acho que é *tie* que ele usa... Enfim, quando eu falo laço é porque laço desenlaça, e o enlaçamento é marca do locutor, é a presença dele, quer dizer, é o lugar em que ele está dizendo que isso tem a ver com aquilo e veja como o problema do agenciamento novamente vai aparecer porque, se o locutor diz “bárbaro” para “índio”, ele não está fazendo isso pela primeira vez e nem sozinho, mas é ele que está fazendo enquanto agenciado pelo lugar em que ele está tomado, por esse acontecimento. Que passado é esse que está falando nesse locutor?

Agora, essa questão do texto não é uma questão própria dos Estudos da Enunciação. Como é que ela leva você para os Estudos da Enunciação,

já que desde o começo o seu interesse era essa relação entre palavra e texto? O que esses estudos trazem para você e como é que isso chega nessa relação? Porque, se eu penso no “Texto e Argumentação”, já há um deslocamento ao pensar a língua a partir de recortes que são textuais e algumas relações que são textuais ou dialógicas. Agora, no “Análise de Texto”, o texto é o próprio objeto de linguagem a ser abordado, e não mais um conjunto de elementos linguísticos, como as conjunções. E, então, como é que esses diferentes objetos se entrecruzam na enunciação, o que é que lhe dá o lugar da enunciação para produzir conhecimento sobre a língua, numa enunciação ou num dado modo de enunciar, e para produzir conhecimento sobre os textos como objetos de linguagem?

A primeira coisa é a seguinte: a questão da língua, quer dizer, para mim, é uma coisa, é um objeto, é algo que é parte do objeto, ou seja, não há como falar da linguagem sem dizer que há língua, ou que há línguas; e isso eu coloco quando dou um lugar fundamental para aquilo que eu chamo de *espaço de enunciação*, ou seja, o acontecimento da enunciação se dá no espaço de enunciação, ou seja, se dá num espaço de falantes e línguas. Então o texto é alguma coisa que se dá num espaço de enunciação, portanto as línguas estão dadas, dadas não no sentido pré-determinado. Se eu falo num espaço de enunciação, se eu estou dentro do espaço e digo algo, eu produzo um texto, eu produzo no espaço de enunciação. Um exemplinho um pouco banal: um texto científico, eu vou escrevendo e depois eu digo assim: “como diz Saussure... aspas...”, e meto uma frase em francês, depois eu digo: “como disse Halliday” e ponho uma frase no inglês. Bom, esse meu texto está sendo enunciado em um certo espaço de enunciação científico e ali dentro tem português, inglês, francês. Então, o que é que essa noção me permite? Primeiro, dizer que se fala com línguas; segundo, que você não fala numa língua, você fala num espaço de enunciação. A questão é de que modo esse espaço lhe determina como falante. Você, estando no espaço de enunciação, vai estar afetado por essas outras línguas, mesmo que seja monolíngue. Você não está em um espaço de enunciação só se você fala as outras línguas, você está no espaço que lhe determina e pode falar só uma das línguas, “você é falante dessa”. Agora tem o falante que fala três e você é o falante que só fala uma, isso é um modo de distribuir, e os textos são produzidos aí. As cenas enunciativas se dão no espaço de enunciação que produz texto. Portanto, já tem uma relação aí: língua e texto, enunciação e texto. Qual o centro da sua pergunta? Eu me esqueci...

Como é que esse domínio da enunciação, esse lugar particular de olhar a relação entre a palavra e o texto permite a você produzir conhecimento não só sobre a própria língua e formas da língua, sobre uma dada enunciação, mas também sobre modos de enunciar e sobre o texto como objeto de linguagem? Como é que esses diferentes objetos se encontram nesse domínio, ou no seu modo de estar nele?

Bom, a língua pela própria noção de espaço da enunciação, ela aparece; portanto, eu preciso descrever essas línguas. A enunciação, porque esse espaço de línguas é um espaço de enunciação, é um espaço no qual se enuncia. Portanto, o funcionamento nesse espaço se dá porque alguém enuncia, porque esse falante enuncia. Ao enunciar, ele é agenciado na cena enunciativa, como locutor-isso, locutor-aquilo... então eu tenho aí naturalmente um problema desse funcionamento da cena e esse funcionamento da cena está reportado ao funcionamento das línguas do espaço, produzir conhecimento sobre as línguas tem a ver com produzir conhecimento sobre essas enunciações específicas. Agora, e o problema do texto? O problema do texto tem a ver com uma certa concepção do que é um enunciado, e isso é uma coisa que veio muito tardiamente com essa especificação, veio muito tardiamente, eu acho, só mais recentemente eu formulei isso dessa maneira, que é eu tratar de enunciados como unidades de análise e aí o que é um enunciado? O enunciado é uma unidade que tem uma autonomia relativa e que tem sentido porque está em textos, porque integra textos, e não é enunciado se ele não integra textos. Eu posso parar aí como semanticista e tratar do funcionamento dos enunciados, mas isso põe imediatamente o fato de definir o que é esse texto. Então eu posso me perguntar por esse texto.

O que é integrar um texto? Quer dizer, o enunciado está sempre integrando textos, ou porque é enunciado ele integra textos? Cada enunciação é um texto?

Cada acontecimento é um texto, pode ser uma conversa, mas é um texto. Agora, o enunciado integra textos significa o seguinte: ele significa nas relações com os outros enunciados nessa unidade.

Dessa enunciação?

Dessa enunciação. Isso está marcado, porque o locutor marca essas relações

pelas reescrituras. A reescritura é exatamente a marca disso, é aquilo que indica, não sei se “marca” é uma boa palavra, é aquilo que indica que esse enunciado está nesse texto e aquele enunciado também, porque tem uma palavra desse enunciado que reescreve uma palavra de outro enunciado. O que faz isso ser uma reescritura disso? Estar em um texto só.

E se não estiver em um texto só e estiver em um debate político, por exemplo?

Mas aí você pode ter um debate no sentido de uma conversa, um fala e o outro intervém.

Eu faço uma pergunta para um e o outro retoma...

Isso é uma textualidade só.

Necessariamente eu entro pelo texto?

Pelo texto...

Eu posso tomar a reescritura, mas isso está fazendo um texto?

Está, só que ele tem outra natureza... A grande questão para mim é que eu não acho que texto é simplesmente aquilo “tá, isso é um texto, tem um autor...”. Não é não, eu já analisei objetos tão diferentes como texto... quando eu analiso um mapa como texto, eu estou mostrando que não estou muito dentro dessa definição. Quando eu analisei uma praça do shopping como um texto, aí eu já estou no limite da crítica, mas, enfim, eu fiz. É uma análise em que eu analiso uma praça do shopping, o texto, as portadas todas, eu analiso aquela praça como texto e veja que, absolutamente, eu diria até aleatório, acidental, porque se uma loja sair e botar outra loja, o texto mudou. Então, você vê, tem uma coisa não individual na produção do texto que é extraordinária, não estou nem defendendo a ideia de texto. Acho que quando eu analiso o mapa, acho mais fácil sustentar, mas a praça tem uma complicação teórica, porque alguém pode dizer que não é um texto só, que são dez: esse aqui dessa loja, esse aqui daquela loja... cada um é um texto. É um outro jeito de tratar, percebe? Portanto o negócio do texto não é empírico, tal como para a Análise de Discurso, por exemplo, não é empírico.

Mas não necessariamente dizer que aquela loja é um texto vai ser empírico também...

Também não.

É isso que faz a diferença, não é? Como é que eu relaciono aquele objeto como objeto de linguagem.

Exatamente. E aí eu acho que eu abro a possibilidade de você pensar outras textualidades atuais, quer dizer, os hipertextos. Eu nunca pensei nisso.

Mas aí tem a questão de como isso afeta o próprio conceito de enunciação, quando eu passo a tratar do texto e não da enunciação em primeiro lugar, quando a enunciação serve para pensar o texto e não o texto para pensar a enunciação.

O texto é o acontecimento que eu tomo para mim, quando eu olho a praça eu pego aquilo como um acontecimento, eu não estou me perguntando pelo momento em que aquilo foi posto lá, nem por quem pôs, nem pela origem do que está dito ali. Aqui tem um acontecimento, e é o acontecimento que permite fazer isso, é a noção de acontecimento, porque a noção de acontecimento não põe quem é que fala, a questão é conseguir dizer quem é que está falando, mas isso é descrição, já é análise. Uma coisa é pegar isso como semanticista, outra coisa é pegar e falar assim: “mas eu quero analisar um texto”, aí eu preciso mais do que os elementos de um semanticista, porque eu preciso ter um dispositivo para analisar texto, a partir do meu dispositivo de semanticista, mas o dispositivo de semanticista que cuida das reescrituras, dos elementos dos enunciados, não me dá a análise de texto, no sentido de “o que esse texto aqui significa”, não me dá. Quando eu escrevi o livro “Análise de Texto”, era para fundamentalmente dizer o seguinte: analisar texto não é a mesma coisa de ser semanticista, embora o que eu gostaria de mostrar é que eu posso fazer uma análise de texto como semanticista, mas eu preciso de um dispositivo próprio para fazer essa interpretação do texto, que é o que eu trouxe fundamentalmente a partir de dois elementos: aquela coisa do Spitzer, do detalhe, em que você pega o detalhe e vai procurando o que vai se relacionando com isso. Deixa eu tomar isso através de uma categoria de descrição que eu já tenho usado, que é a do recorte, categoria que tomei da posição da Eni [Orlandi] na Análise de Discurso; então, como é que eu analiso um texto? Eu acho um

recorte, descrevo, se ele me levou a outro, eu pego o outro e vou fazendo, tem uma descrição aqui, outra ali... Se você projetar uma sobre a outra, você vai ter uma análise do texto que não tem nada a ver de segmental. No fundo, eu quero dizer o seguinte: não dá para definir o enunciado sem dizer que ele é uma unidade do texto, que integra texto, mas como semanticista eu posso simplesmente dizer como funciona um enunciado, sabendo que ele é enunciado porque ele é do texto, por exemplo: eu quero saber o que a palavra “índio” designa aqui nesse enunciado. Como é que eu vou saber isso se ele é desse texto? Eu vou procurar nesse texto se tem nele elementos que reescrevem a palavra “índio”. Aí eu pego essas reescrituras para eu poder dizer o que “índio” designa e aí eu posso dizer qual a relação que tem nesse enunciado específico, mas, dentro da palavra “índio” tem todo o texto. Isso é de um anti-referencialismo enorme, porque, se você pegar o enunciado no sentido mais formal que tenha “índio”, o que eles vão fazer? Perguntar: “refere a quê?” Refere a isso aqui. Para mim, é o seguinte, eu quero saber o que “índio” designa, então eu vou achar “bárbaro” e um monte de coisas... aí eu vou dizer que “índio” está determinado de um certo modo, isso aqui é a designação de índio. Isso que “índio” significa não é diretamente essa referência, e como é que eu posso fazer isso? Dizendo que a minha análise desse enunciado só pode ser feita enquanto eu penso aquele enunciado desse texto, mesmo que eu não esteja analisando o texto, eu não preciso dizer nada sobre o texto. O outro passo agora é: “mas eu quero dizer algo sobre o texto”, então aí eu preciso de um pouco mais, eu preciso de um procedimento específico. Uma definição de texto eu preciso para fazer essa semântica, porque, se eu estou dizendo que o enunciado é unidade do texto, eu tenho que ter uma definição do texto, quer dizer, texto é tal coisa, eu tenho que ter uma compreensão do que é texto. Mas essa Semântica não está destinada a analisar textos enquanto tal, mas eu acho que ela é absolutamente própria para você analisar textos, desde que você ponha um dispositivo que conecte essa questão das análises semânticas com uma interpretação de texto, com a leitura de texto. Isso é uma coisa que eu percebi que eu praticava há muito tempo, mas eu não dizia. Isso é engraçado, o texto de Spitzer está na minha cabeça desde os anos 70, há 40 anos, e aquilo ficava ali, sempre volta. Por quê? O Spitzer tinha uma potência de análise de texto brutal, e essa coisa do Spitzer vem pela Literatura, porque é um grande crítico literário, e vem por um traço estilístico que é um problema daquele que fala; e não é uma estilística individualista, porque o negócio do Spitzer não é o estilo de cada um. Há algum tempo, eu comprei um livro do Starobinski sobre o Spitzer exatamente para ver isso e claramente para o Starobinski é a questão social, a questão do estilo tem a ver com essas relações no Spitzer. E aí vim a saber que

o Starobinski estudou com o Spitzer, coisa assim... Bom, isso já estava ali, e essas coisas vão se agregando, essa vontade de analisar o texto, de analisar a linguagem, aí essa entrada por aquilo que eles chamam de estilo, quer dizer, pela formulação, pelo modo de dizer. Isso eu posso falar hoje, porque hoje eu percebo isso, mas a demanda que Spitzer me fazia, eu passei muito tempo sem saber o que fazer daquilo. Vinha sempre, aí eu percebi, por exemplo, que em 1987, eu faço uma análise de texto por uma demanda de trabalho específico, que Eni [Orlandi] iria publicar um texto sobre discurso religioso e me perguntou se eu não tinha alguma coisa; aí eu resolvi analisar um texto, o “Credo”, que tem uma centralidade no catolicismo, é a oração que vincula ao catolicismo, a ser católico. Quando eu fui retomar agora, o que fiz ali era exatamente isso, eu recortei o texto, peguei um aspecto e outro, recortei e fiz. A noção de recorte estava operando, porque eu estava lidando com ela, já que é uma noção que vem da Análise de Discurso, é uma categoria descritiva do plano analítico. Quando eu vou ver, o que eu fiz foi isso: recortei por três ou quatro aspectos, analisei e está lá, com uma compreensão bastante interessante daquela oração. Tanto que eu refiz a análise para o livro agora, a análise está modificada, eu acho que ficou mais interessante, mas a base dela está no texto de 1987. Essas coisas são engraçadas, não sei se com todo mundo é assim, mas tem muita coisa que você persegue com clareza e outras sem muita clareza.

E outras que lhe perseguem... (risos)

Perseguem mesmo. Essa coisa de nome próprio, por exemplo, persegue enormemente, essa coisa do texto... Essa coisa da lembrança do Spitzer, hoje eu me libertei disso, no sentido de que eu disse o que eu tinha que dizer, até depois posso dizer outras coisas, mas eu teria que estudar o Spitzer um pouco mais. Eu não estava falando sobre Spitzer, eu estava só dizendo “olha, eu vou olhar isso aqui a partir dele”, que é um filólogo, na verdade. No início, ele era filólogo e ele vai dizer que o método de descrição é filológico. Se você olha, não tem nada de filológico, mas é filológico num procedimento, que é o seguinte: o filólogo pega uma coisa e depois ele vai olhando e encontra outra, então ele tem que voltar e refazer essa, então ele vai sempre circulando, ele vai e volta. E aí é interessante porque Spitzer já mostra como é que a etimologia tem que botar o social para dentro.

Acho que isso dá um perfil muito específico à análise semântica que você faz e que eu acho que foi muito feliz quando você chegou a nomeá-

la como Semântica do Acontecimento, porque é isso que persegue você, desde sempre. É o que lhe permite não ficar preso aos limites do que seria uma Semântica linguística, seja dita por um formalismo, por um estruturalismo, pelo que seja. Essa relação com o texto, com o agenciamento, com a enunciação, pelo seu modo de analisar, mesmo pegando uma palavra e a palavra no texto, no acontecimento da enunciação, quer dizer, é um modo de trabalhar o sentido que já o relaciona necessariamente com uma exterioridade, seja do agenciamento enunciativo, seja da historicidade das enunciações, quer dizer, não vê o sentido posto numa forma estática, em algum lugar, mas como um conjunto de relações que você foi operando ao longo do tempo para nomeá-las, para criar um dispositivo de análise, enfim. Mas uma Semântica do Acontecimento, mesmo você fazendo análise de nomes, não é uma Semântica lexical em absoluto.

Não, porque não trata de relações na língua.

Exatamente, quer dizer, não despreza a língua, porque é a partir das marcas linguísticas que essa análise é feita, mas não é nesse sentido, não são as palavras na língua, são as palavras no acontecimento.

Exatamente, são as palavras no acontecimento. Eu poderia até dizer que a minha unidade de análise é o acontecimento, num certo sentido.

Justamente, porque ele não é segmental.

É, não é segmental.

Como é que você chegou à questão da enunciação? Porque estava fazendo um percurso a partir da Literatura, em que a palavra sempre foi uma questão, a relação entre palavra e texto. Como é que entra o domínio da enunciação? Onde entra a questão da língua, da Linguística? Como é que você chega a esse domínio – que não trabalha com o texto, embora trabalhe com as palavras. Como é que ele lhe permite trabalhar as suas questões que não são próprias desse domínio?

A questão da enunciação tem vários aspectos. Um deles são certas contingências, em que relações você está em certo momento; o outro são

questões que vêm antes de você estar na situação da ciência, quando você tem curiosidades já instaladas no seu universo intelectual. Desse segundo aspecto, eu poderia dizer que isso tem a ver com a Literatura. Como é que eu posso fazer um texto? Essa é uma questão de um certo ponto de vista prático para mim mesmo que vou escrever e mesmo na atividade pedagógica, desde que comecei com 17 anos. E isso estava sempre presente. Então, esse é um lado da curiosidade que vem pela leitura, compreender por que Machado de Assis escreve assim e não de outra maneira, como se dão as diferenças nos textos das pessoas, no modo de fazer uma frase. Quando eu estava avançando no curso de Letras, me formei em 69, e quando comecei a lecionar Língua Portuguesa em 1970, uma coisa que eu fui buscar como necessidade no ensino foi a questão da Estilística, mas eu não tinha acesso a uma bibliografia muito ampla, pois tinha acabado de me formar. Dois ou três anos depois, eu pedi demissão da faculdade em que eu estava para fazer o doutorado, e aí eu cheguei a duas coisas que foram importantes: uma foi através do Saussure e do Bally: a questão da Estilística, em que o problema da escrita de cada um se marca de uma maneira específica e que a formulação saussuriana não atenderia. Então o Bally vai aparecer nesse cenário, que é o do problema da Estilística. E isso eu peguei mais diretamente no livro **Estilística da Língua Portuguesa**, do Rodrigues Lapa, e utilizei esse livro para ensinar português. Ao invés de usar simplesmente uma gramática, em que a questão do funcionamento da língua é pega de uma maneira diferente, que tem a ver com esses problemas de como é que se coloca um “o” ou “um”, como é que isso muda. Claro que ali é uma coisa extremamente pragmática e estilística ao mesmo tempo. Nesse momento, eu comecei a ler um monte de coisas sobre Estilística, o que me colocou essa questão de que a linguagem funciona porque tem gente que está dizendo, escrevendo, tem alguém, tem um sujeito que diz. Então, essa era uma questão que me intrigava, que eu queria responder. Para mim, não era simplesmente o ensino gramatical, embora o ensino gramatical seja uma coisa que eu tenha feito fortemente, e no primeiro momento como gramática normativa mesmo, no ensino de um curso de Letras tradicional, mas eu senti necessidade de trazer esse outro lado, que era uma coisa que não havia no curso que eu tinha feito.

O Spitzer me tocou muito fortemente, porque tem um nível de reflexão alto; no caso do Rodrigues Lapa, é uma Estilística normativa, que acompanha a gramática; no Spitzer não é, a questão dele é que a Estilística não é individual e isso vai tomando uma configuração social muito forte. Naquele momento, eu fui tentar fazer uma pós-graduação e mandei um projeto de Estilística com pedido de bolsa para a CAPES, e ela me respondeu que só apreciaria meu pedido se eu estivesse matriculado em algum programa. Interessante

ver o que eu, naquele lugar, sem ter tido contato, oferecia.

Era sobre escrita literária?

Não, era sobre Estilística. Nesse ínterim, eu comecei a dar curso de Linguística na universidade, então essas leituras começaram a se ampliar, eu utilizei muito o Mattoso Câmara, o **Princípios de Linguística Geral**, e o problema da semântica está presente nele, a questão estilística está presente nele, tem até uma obra dele sobre isso, que depois eu analisei em um dos projetos de História da Ideias. E, depois, a contingência foi que, vindo a fazer o mestrado e o doutorado, só havia um lugar em que havia doutorado em Linguística no Brasil, que era a USP, na Unicamp tinha mestrado, mas não doutorado. Então eu fui para a USP, fiquei um ano acompanhando alguns cursos e depois entrei em 1973. O que estava mais à disposição era a Semiótica greimasiana, que eu li bastante, mas aquilo não me tocava, por alguma razão não me envolvia. Naquele momento, o Ducrot veio ao Brasil, e eu assisti à conferência dele na USP, em que ele apresenta pela primeira vez a Semântica Argumentativa. A partir daí, eu me interessei por essa situação, entrei em contato com ele mesmo e passei a trabalhar com as questões. Isso é parte da contingência que é importante. Meu mestrado e meu doutorado foram sobre isso, muito em torno de Ducrot e das questões da teoria dos atos de fala, naquele momento. A partir daí, amplia-se o contato com a obra de Benveniste, e esse universo vai crescendo. As razões desse percurso todo têm a ver com o modo com que eu me relacionava com a leitura. Outra coisa interessante que vai aparecer mais para frente, e isso tem a ver com a questão do trabalho com a História das Ideias Linguísticas, e com a qual eu sempre tive uma relação muito forte, é a História. Sempre gostei muito de estudar História, inclusive teve um momento, começando o curso de Letras, em que eu lecionei no curso de Madureza, que era como se fosse o supletivo de agora, para ajudar as pessoas, e eu preferi dar aula de História e, curiosamente, quem dava aula de português era um colega que era um aluno brilhante e que depois virou médico, um grande especialista em Doença de Chagas, Ademir Rocha, que faleceu recentemente. Então tem muita contingência, não é uma coisa aleatória exatamente, é uma história pessoal. Quando eu fiz o meu curso de Letras, o curso foi basicamente centrado em questões filológicas, por exemplo, isso traz algum traço.

Quando é que entra a leitura do Bréal?

Isso é bem depois. A leitura de Bréal veio por um questão muito curiosa. Quando eu li, na década de 1970, o livro **Introdução à Semântica** do Tulio de Mauro, eu gostei muito do livro; ele não é semanticista, ele é professor de Linguística e, curiosamente, é um especialista em questões da Língua Italiana, esse é o lugar de trabalho dele, mas ele fez duas coisas: uma foi a edição de Saussure e esse livro de introdução à Semântica. Eu li esse livro e, sobre o Bréal, ele diz que todos dizem que ele começou a Semântica, mas ninguém o lê. Essa frase me intrigou, então eu resolvi ler. Fiz uma viagem para a França exatamente para ler o Bréal, que eu não consegui encontrar aqui. Então eu fiquei um mês na França em que eu li o **Ensaio de Semântica** nas diversas edições que ele tinha e preparei todo um material e decidi traduzir o livro. Eu tinha a referência na minha cabeça de que o Bréal era um dos iniciadores da Semântica, mas o que me intrigou foi o fato do Tulio de Mauro dizer que ninguém o lê, ele fala isso e faz uma apresentação. Então o Bréal entrou um pouco por aí e, quando eu busquei o Bréal, percebi a relação dele com o Benveniste e, ao fazer isso, percebi uma coisa muito importante: ler o Bréal é uma forma de desautomatizar o modo de entrar na Linguística a partir do Saussure, do Benveniste. No Bréal, a questão enunciativa, ele não usa essa palavra, mas é parte da construção do pensamento da Semântica dele clara e expressamente, a questão do sujeito é decisiva, a mudança é uma intervenção do sujeito, do homem, ele fala, na língua. Então, para mim, o Bréal tem esse papel de desautomatizar essas leituras que estabelecem um lugar de origem.

Isso tem a ver com o trabalho que depois veio se reunir ao trabalho de História das Ideias Linguísticas, essa coisa do Bréal, porque esse trabalho que fiz, nos anos de 1980 ainda, na Biblioteca Nacional de Paris, eu coloquei sob a perspectiva da História da Linguística e aí vem essa situação do projeto de História das Ideias Linguísticas, que se instalou no Brasil a partir da relação da Eni com a Francine [Mazière] e o [Sylvain] Auroux, na passagem dos anos de 1980 para 1990 e que efetivamente se instala mais formalmente em 1992, por ali. Mas isso é uma coisa que, de alguma forma, já havia me tocado por outro caminho, não na forma como veio depois. Também foi por conta da Semântica que a questão da história da própria ciência passa a ter importância para mim. É também um pouco aquela coisa das circunstâncias da vida que põem você diante de uma coisa, e daí essa coisa da história vai se instalar aí.

Uma coisa importante para mim nesse percurso de estudar Bréal foi que

isso me aproximou muito particularmente da Simone Delesalle, tanto pelo trabalho dela sobre Bréal quanto por ela mesma, pela fineza da sua reflexão. E, através dela, cheguei a um outro autor, Henri Weil, cuja obra estou tendo o prazer de editar agora pela Editora da Unicamp. Foi ela que me fez conhecer o Weil me dizendo que a questão da enunciação no Bréal vinha do Weil.

E junto com a leitura do Bréal, porque eu lembro dos cursos que você ministrava na pós-graduação, essa época em que você estava lendo alguns historiadores, como Paul Veyne, para trabalhar essa questão da escrita da História e do modo como a temporalidade parece trabalhar pela história, como isso afeta a questão da significação.

A minha relação com a História sempre vem e, naquele momento, eu procurei exatamente uma certa concepção contemporânea de História e que fizesse eco com os interesses que eu tinha ali. Aí se somam as relações, quer dizer, você está dentro de uma universidade e tem historiador do lado, você vê o que eles estão lendo. O Paul Veyne é de fato um dos historiadores que me tocaram particularmente. Toda essa coisa não-positivista também vai estar no Paul Veyne, quer dizer, essa coisa de que você não tem um fato em si e também não é um fractal, ou seja, não é uma coisa que existe em si e cada um olha de um lugar; não, se você olhou de outro lugar já é outra coisa. Isso vai compondo, porque você vai começar a ver que esses autores estão com outros que você já está lendo, e a questão da História do Paul Veyne vem por aí: ela vai permanecendo e, até hoje, de alguma forma, embora eu não a use intensivamente, algumas ideias permanecem aí, inclusive, num momento em que eu passo a pensar sobre a história da ciência, a história dos estudos de linguagem. Nesse universo da História das Ideias, uma coisa foi colocada pelo projeto que a Eni [Orlandi] fez para estabelecer o convênio com a França: ela coloca uma questão no projeto que é essa relação entre a língua nacional e o conhecimento sobre a língua, de forma que pensar que você considera que o conhecimento sobre a língua é parte do que constitui a língua nacional coloca necessariamente esse conhecimento como político, coloca a língua nacional como uma questão política e coloca um outro modo, inclusive, de se pensar a história da língua. Essa foi a colocação que veio por aquilo que ela propôs e aí ela formula isso de um lugar específico da Análise de Discurso e coloca novas condições. Tanto que todos os projetos que vêm depois estão marcados por essa posição inicial.

E é o que diferencia a entrada do Brasil nesse projeto.

Exatamente.

Os outros espaços internacionais desse projeto não têm essa visada.

Não. Essa perspectiva que a Eni colocou é uma hipótese dela, que vem a partir de trabalhos anteriores dela. Ela coloca o problema da língua do povo, da língua nacional, da língua do Estado, oficial, e abre uma nova perspectiva. Dentro desse cenário e dos desdobramentos, tem um ponto importante para mim, que é a questão do texto. Especificamente, a minha pesquisa articulada dentro da História das Ideias é muito um trabalho de análise de textos com os quais eu conto esta História das Ideias. Por exemplo, quando eu me dediquei a analisar o percurso da Semântica no Brasil, é fundamentalmente uma análise de textos que sustenta esse percurso: o texto do Pacheco Silva, do Silveira Bueno, do Mattoso sobre Estilística, enfim. Esse é um lugar mais específico meu, meu modo de contribuir para o andamento da pesquisa nesse domínio. Uma análise que eu fiz bem no começo foi do texto que mudou os exames preparatórios do século XIX, que para mim é uma questão extremamente importante. Eu fui tratar dessa questão analisando especificamente o texto, a portaria, o decreto, que diz que os exames preparatórios de Língua Portuguesa tinham determinados pontos, conteúdos. A questão que está aí é o acontecimento desse texto. Esse é um modo de contribuir particularmente, e isso trazendo as análises enunciativas, pela linguagem, pelo modo como os textos se constituem por operações enunciativas muito particulares.

O outro lado que eu acho importante nessa conexão é que o estudo das Ideias Linguísticas e essa questão política das línguas se põe através do projeto e, no Brasil, de uma maneira muito direta, o que tem a ver com a colocação inicial da Eni [Orlandi] sobre a relação entre conhecimento e língua nacional. Essa questão, olhada do lugar enunciativo, é que me levou ao conceito de *espaço de enunciação*, tanto que a primeira vez em que eu usei o conceito foi numa mesa-redonda em Buenos Aires sobre política linguística na América Latina, em 1997. Ele aparece sem uma definição muito precisa, quer dizer, tem uma operação que dá o contorno do conceito, no modo de operar o conceito, mas a partir daí eu começo a trabalhar esse conceito com essa perspectiva de que ele é um conceito enunciativo. A partir daí, eu posso pensar a política das línguas ou a política linguística. Outra coisa, se eu tiver que pensar sobre a história de uma língua, eu vou pensá-la nos termos de um espaço de

enunciação e não na língua sozinha. Assim, temos um problema específico da enunciação, ou seja, é possível pensar a língua funcionando no espaço de enunciação. O lugar onde aparece é nesse confronto do projeto História das Ideias Linguísticas, a partir das especificidades que ele tem no Brasil e do fato de que o meu instrumental para pensar isso é o semântico; no projeto no Brasil, uma característica forte é de que você coloca à disposição do estudo da História das Ideias o seu dispositivo específico de análise linguística, no caso, particularmente, o que dá o entorno é a Análise de Discurso. A minha contribuição, como eu não sou analista do discurso, é colocar a enunciação a serviço disso, o que contribui de uma maneira interessante, porque há compatibilidades no plano epistemológico suficientes para essa aproximação. Na História das Ideias, esse é o cenário, e aquilo que é mais específico do meu trabalho tem a ver com a formulação do conceito de *espaço de enunciação* e que consequentemente isso tem. Então, essa política das línguas é uma coisa sobre a qual eu tenho trabalhado um pouco, menos a política linguística e mais a política das línguas mesmo, não me dedico especificamente a ver como é que o Estado produz políticas linguísticas, mas sim como é que as línguas funcionam nessas relações de políticas de línguas por conta do próprio conceito de *espaço de enunciação*, que põe isso. Essa é uma resposta dada do lugar da concepção enunciativa a um problema que vem desse confronto entre a Semântica da Enunciação e a História das Ideias; da mesma forma, por outro lado, a minha relação de trabalho com o Laboratório de Estudos Urbanos foi decisiva para eu desenvolver certos aspectos sobre os processos de nomeação e de estudos de nome próprio. Como é que as questões que os espaços institucionais te permitem fazer, fazem isso andar? Isso tem a ver com o problema da gestão da ciência. Os meus propósitos não acontecem somente pela minha vontade, não é a questão da vontade que está concernida, o que não significa que eu não tenha propósitos.

O pensamento é material. Tem condições para que ele aconteça, não é?

São condições muito importantes. Quando se cria um espaço, na medida em que ele foi conformado, isso cria um conjunto de condições. A História das Ideias, a Semântica, os Estudos Urbanos são coisas que, no seu conjunto, vão permitindo o andamento de certas reflexões e discussões pertinentes no meu trabalho. O estudo sobre a cidade de Cosmópolis foi feito como parte de um projeto do Labeurb, e a escolha de Cosmópolis se deu porque é uma cidade de tamanho suficiente, mas não muito grande, de modo que eu pude fazer um estudo exaustivo, e isso impulsionou, para mim, o estudo do

problema dos nomes próprios.

Que impactos isso tem? Porque eu estava pensando agora a sua relação como o trabalho de Bernard Bosredon, ele inicialmente analisava os nomes próprios, mas em relação ao catálogo de quadros do Louvre, eram nomes próprios de obras de arte e era isso que eu queria conferir com você: na minha lembrança, parece-me que os nomes de rua no trabalho dele já vêm por impacto da primeira visita dele ao Labeurb. Não sei se é cronologicamente assim, mas eu lembro que as primeiras apresentações que ele fez eram sobre a questão do nome próprio e da sinalética, mas dos quadros, em relação à situação de catálogo.

Não sei dizer, curiosamente, eu sinto que a questão do nome próprio de rua vem depois. Ele entrou em contato, transpôs a sinalética dele.

São impactos do que se faz aqui sobre as relações internacionais que a gente cria, e isso não fica muitas vezes em destaque e também nós não os trazemos à tona com a suficiente relevância. Eu acho importantíssimo, no momento atual de internacionalização, mostrar que essa relação se dá nos dois sentidos. Claramente, o trabalho da Eni [Orlandi] teve impacto, mas também o seu trabalho e outros nessa relação.

Você encontra isso explicitado em agradecimentos, por exemplo. A gente tem mesmo esse impacto muito forte e tem aí uma questão muito complicada no Brasil que é esse traço de colonizado: a gente não pensa, a gente repete. E aí tem vários embates no domínio da ciência no Brasil que são enviesados exatamente por isso, pela incapacidade de admitir que há coisas que são novas e que são de fronteira, produzidas aqui.

Principalmente nas Ciências Humanas.

Essa é uma questão importante e que tem a ver com esses problemas de política científica. A questão da política científica no mundo é uma questão que se realiza só em Estados específicos e aí você tem a relação de dominação dentro dos domínios da ciência no espaço internacional. Qual é a luta que você tem nesse espaço quando você está no lugar da desigualdade? Eu analisei o texto do relatório do Pero Lopez de Souza por conta de que a cidade de São Vicente é criada ao final do relatório. Eu encontrei algumas coisas interessantes: primeiro, que você vai vendo o percurso do relatório e

you see that the toponymy is extremely established in 1530-1532, because he is narrating and not naming the places, since the names are already established, only in some cases he names them. And what appears is: a set of names in which the majority is of names of saints, and the other set which is of descriptive expressions, for example, "Praia Grande", in a smaller number. Then you have two ways of naming. Another thing that I tell you is that he is narrating that and they are not finding people on the way, they find a Portuguese ship and send a message to the King, then they find a Spanish ship and order that it not go to Maranhão, then they find the French and fight and defeat the French, then they find the Indians, and the Indians offer them pau-brasil. In no moment does it refer to the language that was being spoken, clear that it was not the same, but this is not reported. This is a problem of linguistic policy. Our question in this project is about policy of languages.

On the management of scientific policies, there is this thing of the international scenario, which is a very important question, but my more specific action is about the question of institutional management and of scientific policies in Brazil. Clear that the international problem always appears, because you always have a model international, you always have the problem of translation, of publishing in English, then this is a discussion that is always present. For me, the fundamental question of public management, of science, of scientific institutions and of formation, some things are important: first, is a certain conception of that Brazil does not have infrastructure sufficient for anything and not for scientific production. Clear that this in the decades of 1970 and 1980 was worse, today is much better.

Na América Latina, o Brasil é o país que tem mais infraestrutura.

When I took possession of the position of director of IEL, I said that, in Brazil, people had to build at the same time the infrastructure and that which they do. In the big universities, the infrastructure improved enormously. Unicamp has a structure enviable for international standards, USP, UFRJ, UFMG. I always was involved in organizations, I was president of the Academic Board, when a student of Letters in Uberaba, I always worked for the organization of things. In the university, it was the same thing. For me it is a little like this: if you do not build strong places in the institution, you do not get the conditions sufficient for your group to produce science. The first thing is the functioning of the institution: you

precisa de boas ideias e de uma boa infraestrutura. Para ter essas condições, você precisa se meter na gestão pública para conseguir financiamento e o grande problema aí é o dinheiro. A grande questão da gestão pública é: “como é que você faz o dinheiro ir para onde você precisa?” É isso. O meu envolvimento do ponto de vista interno na universidade tem muito a ver com isso, e isso é uma coisa de longo prazo e você participa com muita gente nessa construção das boas condições para o trabalho. Foi isso que me fez me candidatar a diretor do IEL em certo momento, a diretor da Editora da Unicamp, presidente da ANPOLL. Você tem que, o tempo todo, pensar como é que pode participar do modo de escolha das pessoas que vão gerir o dinheiro liberado pelas agências de fomento. E gerir esse dinheiro significa uma coisa muito particular, significa pessoas que possam ser capazes de fazer uma avaliação de qualidade de maneira minimamente objetiva. Não é o dinheiro pelo dinheiro, mas o dinheiro numa relação muito particular. O sistema de avaliação pelos pares no Brasil é razoavelmente bem desenvolvido. Na cena nacional, as minhas lutas principais envolveram um acompanhamento muito próximo das condições e do funcionamento da FAPESP e da CAPES/CNPq, exatamente para saber como funciona e procurar poder dizer através dos canais possíveis, estando lá ou estando fora, para tentar afetar essa questão. No interior da ANPOLL, eu procurei discutir essas políticas, o que é um trabalho um pouco difícil, porque nossas áreas, as áreas de Humanas, frequentemente, são muito refratárias a tentar achar um objetivo comum, mesmo nos momentos difíceis. Você olha as associações de área e observa uma descontinuidade, se muda o presidente, parece que começa tudo de novo.

A minha participação na gestão pública tem a ver com isso, quer dizer, os lugares que eu fui ocupando têm a ver com uma vontade pessoal, como a questão editorial, a fim de sustentar a construção de autoria brasileira, o que eu sempre digo de maneira muito explícita. Uma Editora que tem esse perfil precisa colocar à disposição dos domínios de conhecimento livros pertinentes, e isso envolve políticas de edição permanente. Essa questão da autoria nacional não diz respeito à ciência nacional, é você dar condições de que pessoas se transformem em autores no Brasil, no sentido do mercado mesmo, não só a pessoa tem que ter um bom texto, mas ela tem que ter um lugar que todo mundo já reconhece que ela tem esse lugar, isso é uma questão de circulação. Isso faz parte de você criar as condições institucionais. O autor novo precisa de um lugar e isso é um traço importante. Essa coisa da autoria brasileira não é como nacionalismo, é posição mesmo. No fundo, essa questão é o modo como eu ajo nos outros espaços também. O resto é essa luta permanente de você constituir as condições para que as pessoas

possam trabalhar naquilo que melhor sabem fazer e disputar o recurso para aquilo que interessa aos domínios nos quais trabalha.

Com essa experiência que você teve na gestão, como você vê o papel das Ciências Humanas no panorama das outras ciências e a disputa com os espaços de inovação tecnológica? Porque as Ciências Humanas, nessa disputa pelo financiamento e pela infraestrutura, estão, digamos, na retaguarda dos outros campos de saber, que são privilegiados por políticas públicas de desenvolvimento, como é o caso da tecnologia e dos campos que são considerados estratégicos, como pesquisas que têm impacto nas áreas de energia, de comunicações. Então, parece que as Ciências Humanas têm que estar sempre provando que estão ali para alguma coisa que serve ao Estado e à sociedade. Quais seriam as estratégias para não perder espaço nessa disputa? Como que a gente deve agir para garantir um lugar aos nossos campos de saber?

Tem vários caminhos. Um deles é através da estrutura das universidades, porque as universidades são instituições muito poderosas; fazer com que, no interior da universidade, a área das Ciências Humanas seja resguardada, reconhecida e receba as condições necessárias para produzir conhecimento. Se a universidade produz, isso tem impacto para fora pela própria força da universidade. A Unicamp é claramente uma universidade vista como tecnológica, mas na qual as Ciências Humanas têm uma representação importante e forte, por essa luta, por disputa de orçamento e por produção. O que você tem que fazer é reforçar essas áreas, porque nem todas as áreas têm essa força. Nos organismos gerais, tipo CAPES/CNPq, Finep, a nossa luta é um pouco complicada, porque, nesse cenário, as áreas de Humanas têm um perfil de atuação fragmentado, rarefeito. Essas áreas não enfrentam as dificuldades com força suficiente, eu acho. Então ficam um pouco à deriva e isso desfavorece as Ciências Humanas. Há três anos, os programas nas áreas de Engenharia, por exemplo, que têm nota 6 ou 7 no Brasil, eram da ordem de 24-25% do conjunto dos programas; a área de Letras era 6%. A questão é: a gente não pode cair na armadilha de aceitar a evidência desse dado de que uma área é menor que a outra, você tem que se perguntar sobre a qualidade da sua área para ver se isso é uma diferença de qualidade ou é uma distorção da luta pelo recurso. As pessoas das Ciências Humanas têm que se dedicar a estudar a conjuntura inteira das áreas e refletir sobre isso para poder solicitar isso. É claro que essas diferenças podem ser diferenças, de fato, de qualidade, mas você não pode comprar por antecedência que a

diferença é de qualidade, porque pode não ser. Pode ser porque você aplica um critério tal que mantém quem está embaixo, embaixo, e quem está em cima, em cima, o que é uma coisa simples de fazer. O grande esforço é estudar permanentemente os resultados da gestão e isso precisaria que as associações de área fossem mais gestores da área, a partir de projetos de longo prazo, e não só da diretoria. A capacidade de representação da nossa área é muito baixa, porque as nossas associações não carregam a força da representação das suas áreas específicas.

O CNPq é sempre gerido por alguém das áreas de Biológicas ou de Exatas. É muito difícil você imaginar um presidente do CNPq que seja das Ciências Humanas, mas o vice-presidente do CNPq é tradicionalmente das Ciências Humanas, como um jogo de compensar essa predominância. Nunca ninguém de Letras ou Linguística foi vice-presidente do CNPq. Você precisa ser capaz de construir alternativas efetivas, de colocar as necessidades da área em pauta, de dizer o cargo que você quer e quem você quer naquele cargo. A área tem que construir esses lugares e colocar pessoas nesses lugares, o que pode mudar essa relação da gestão nessas instituições. A área tem que querer coisas, como a vice-presidência do CNPq, alguém no conselho deliberativo do CNPq, e, para isso, você tem que ter projetos, ser capaz de dizer o que você vai fazer lá, de demonstrar que você tem qualidade para estar lá, não é de qualquer maneira. Você tem que articular isso com a força das grandes universidades e dos institutos de pesquisa. Essa é uma costura que as associações da área não percebem.

Por exemplo, o atual PNPq, que é o Programa Nacional de Pós-Graduação desta década, não tem nenhuma linha a respeito do que se espera da área de Letras e Linguística. Toda vez que a área de Letras e Linguística aparece é dentro de um quadro de estatística, mas na parte das propostas e dos objetivos, não há nada. Só tem um momento em que se fala de política e Letras e Linguística aparecem: é para dizer que Letras e Linguística tem um volume de doutores maior que as engenharias e que, portanto, é preciso estimular os doutorados em engenharia. O subentendido é: vamos parar os doutorados em Linguística. Como é que as coordenações de área e as nossas associações não puderam acompanhar o que estava acontecendo? É uma luta mesmo.

E como que a gente disputa financiamento em políticas de indução de pesquisa que não passem necessariamente pelo ensino básico-fundamental e pela produção de material didático? Porque isso eu acho que é um funil para nossa área. Claro que é fundamental para nossa

área, mas não se pode reduzi-la a isso. Como dar um perfil à área que consiga captar recursos que não sejam exclusivamente voltados para o ensino? Que sejam voltados também para a pesquisa básica?

Eu acho que a área também não sabe formular enquanto área, ela não consegue chegar a uma formulação que determine o que será feito para a área, suas especificidades. É preciso que a nossa área saiba construir condições e escolher representantes nos momentos que sejam capazes disso e essa é uma grande dificuldade, pois passa por atravessamentos, por regionalismos, incapazes de produzir uma boa solução. Quando você pensa por regionalismo, você não produz uma boa solução, o que não significa que você não tenha que levar isso em conta, mas você não pode começar a decidir por regiões corporativas no interior do conjunto.

Um dos meus grandes empenhos foi ajudar a criar as condições dessas relações, dos convênios, algumas mais formais, outras menos, exatamente por conta dessa coisa de formar a área e de que todas as áreas do Brasil sejam capazes de produzir conhecimento, inclusive sobre si mesmas. Essa é uma ideia importante que o Brasil precisa. A pergunta é: a Linguística tem o número suficiente de doutorados no Brasil para formar um número necessário para tudo o que se precisa nessa área? Não tem. Está mal distribuído, falta em certos lugares e é preciso criar nesses lugares com as pessoas que querem ficar ali. Essa relação inter-regiões é importante para a formação de uma rede de relações a partir das universidades, mas também para atender o objetivo do que o Brasil precisa nos diversos domínios do conhecimento. Na medida em que as áreas de Humanas não conseguem colocar suas necessidades, elas vão perdendo essa luta de se apresentar nesses lugares. E isso passa por uma política nacional. Isso é uma coisa curiosa, você precisa de uma certa quantidade para ter qualidade. Nós estamos na era da quantidade, e isso diz respeito a que você deve ter um certo adensamento de condições, de pessoas, de trabalhos, para você produzir qualidade a partir desse adensamento, de uma certa quantidade, o que vai se fortalecendo. Quando você faz essas redes, o que você está fazendo também é o adensamento quantitativo que terá uma repercussão qualitativa. Isso não é um problema de produtivismo.

Não. É que sem quadros, você não forma nada.

Você pode até botar uma meta, porque você não gere sem isso, mas o problema é que a meta, se você a coloca lá em cima, ninguém alcança. Uma história ilustra isso: aqui, no interior de São Paulo, os cortadores de

cana cortavam 8 toneladas por dia; em três anos, eles passaram a cortar 12 toneladas cada um e começou a haver um conjunto de mortes de cortadores de cana que começou a ser atribuída à fadiga. Tem horas que não faz mais sentido, é uma mera quantidade. Ou seja, ou você baixa o nível ou você não faz, você desiste. Qualquer uma das coisas é contra a reflexão, é contra o pensamento e o conhecimento. Eu sou um tanto pessimista no momento quanto à possibilidade de que esse cenário mude significativamente, só que a gente tem que continuar lutando. Eu reli uma passagem do Perelman a respeito do epíteto. Eu fui olhar na Retórica como que aparecia o problema do epíteto para ver se aquilo me dava ideia de alguma coisa. Tem uma seção que é sobre noções e, como eu estou trabalhando sobre isso, resolvi ler aquele pedaço. Ele pega e chega na noção de mérito. Ele diz que o grande problema, a grande contradição da questão do mérito é que ele tem duas coisas: uma é o sujeito e a outra é o produto. Como é que você equaciona essas duas coisas? O que é que o quantitativismo da ciência hoje faz? Olha só para o produto. É interessante que hoje haja pessoas já pensando sobre esta questão.

Porque o sujeito vira produto.

Para finalizar, como você resumiria sua contribuição para o campo da Semântica e dos estudos da linguagem em geral?

Vou falar com toda a sinceridade: se o meu trabalho teve qualquer contribuição de nível alto e relevante foi com o conceito de *espaço de enunciação*. Desde que eu li o Bréal, eu coloquei na minha cabeça que uma Linguística é sempre uma Semântica. O conceito de *espaço de enunciação* é um conceito semântico, e é um conceito sobre língua. Ao lado disso, acho que consegui contribuir para o estudo do que considero a designação, a argumentação e a argumentatividade, e a análise de texto, através de análises específicas, algumas que julgo particularmente interessantes. Ligado a isso, julgo que pude contribuir, no campo das Histórias das Ideias Linguísticas, com uma reflexão sobre a história da gramática e sobre o modo como certos conceitos (“empréstimo”, “História”, etc) se apresentaram no pensamento da Linguística no Brasil.

Entrevista realizada em julho/agosto de 2014.